



PARECER PRÉVIO Nº 67/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11649/2017.

Apensos: Processo nº 14851/2019, 11944/2015 e 16605/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Raimundo Robson de Sá (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851 e Diego Rossato Botton OAB/AM A-495.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP E DICREA.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 509/2023-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.

9- Relator: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, relativas ao exercício de 2016, de responsabilidade do Prefeito **Sr. Raimundo Robson de Sá**, conforme fundamentado neste relatório e voto, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, cabeça e parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas.



PARECER PRÉVIO Nº 67/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 29 de Maio de 2023
13- **Especificação do quórum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 67/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 67/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11649/2017.

Apensos: Processo nº 14851/2019, 11944/2015 e 16605/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Raimundo Robson de Sá (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851 e Diego Rossato Botton OAB/AM A-495.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP E DICREA.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 509/2023-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.

9- Relator: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2016.

Encaminhamento. Determinação. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Encaminhar** após a sua devida publicação, este Parecer Prévio, acompanhado deste Voto e de cópia integral deste Processo à Câmara Municipal de Novo Aripuanã, para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição do Estado):

O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido



ACÓRDÃO Nº 67/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 67/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte.

Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.

O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

- 10.2. Determinar** à Secretaria de Controle Externo que, examinando as impropriedades que constituem atos de gestão pela DICAMI e DICOP, em atenção à competência prevista no art. 73-A, da Lei Complementar nº 101/2000, adote as providências cabíveis à autuação de processo apartado, para devida apuração e fiscalização por parte deste Tribunal de Contas;
- 10.3. Recomendar** ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã que observe com rigor a atualização das informações relativas à gestão fiscal no Portal de Transparência da municipalidade;
- 10.4. Dar ciência** ao **Sr. Raimundo Robson de Sá**, por intermédio de seu patrono, conforme Procuração às folhas 3.164, sobre o decisório prolatado nestes autos.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Maio de 2023

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº 67/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 67/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça,
Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral